

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Políticos profissionais ou representantes de classe? Uma análise longitudinal da representação legislativa do Brasil na democracia

Nilton Sainz, Mateus Martins de Albuquerque, Adriano Codato

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.14828>

Submetido em: 2026-01-13

Postado em: 2026-02-03 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

A moderação deste preprint recebeu o(s) endosso(s) de:

- Renato Perissinotto (ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8747-7976>)
- Ednaldo Ribeiro (ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4005-5108>)

Políticos profissionais ou representantes de classe? Uma análise longitudinal da representação legislativa do Brasil na democracia

Nilton Sainz

Universidade Federal do Paraná

<https://orcid.org/0000-0002-3957-2714>

Mateus de Albuquerque

Universidade Federal do Paraná

<https://orcid.org/0000-0003-3015-2227>

Adriano Codato

Universidade Federal do Paraná

<https://orcid.org/0000-0002-5015-4273>

Resumo

Introdução: Qual o perfil social dos deputados federais brasileiros e como isso mudou ao longo de quase três décadas de democracia? Este estudo investiga se diferentes grupos profissionais se concentram em partidos de esquerda, centro ou direita, e como esses padrões evoluíram entre 1998 e 2022.

Métodos: Analisamos a origem ocupacional de 3.591 deputados eleitos em sete eleições nacionais consecutivas, usando dados do Tribunal Superior Eleitoral. Para medir associações entre profissão e ideologia política, classificamos os deputados por ocupação e posição ideológica de seus partidos. Usamos duas estratégias: primeiro incluindo todos os deputados para capturar profissionalização política e vínculos sociais tradicionais; depois excluindo políticos profissionais para examinar como setores da sociedade mantêm representação direta no Parlamento. Para verificar mudanças temporais, medimos as associações em cada eleição separadamente e comparamos trajetórias entre blocos ideológicos.

Resultados: A política brasileira mantém divisões sociais claras: empresários dominam a direita, professores e funcionários públicos concentram-se na esquerda, profissionais liberais distribuem-se pelo centro. Embora cresça o número de políticos de carreira em todos os blocos, essas divisões persistem. Excluindo políticos profissionais, as diferenças ficam ainda mais nítidas. As associações se mantêm ao longo do tempo, mas

com variações: profissionais liberais declinam em todos os blocos, e empresários são a única categoria que apresenta mudanças temporais diferentes entre esquerda, centro e direita.

Discussão: A Câmara dos Deputados parece funcionar como um sistema híbrido: combina políticos profissionais com representantes diretos de diferentes setores da sociedade. Isso ajuda a explicar tanto a polarização partidária quanto acordos que atravessam ideologias quando interesses econômicos específicos estão em jogo.

Palavras-chave: deputados federais; representação política; classes sociais; partidos políticos; democracia brasileira.

1. Introdução

Quatro décadas após a redemocratização, o Brasil consolidou um sistema político caracterizado por elevada fragmentação partidária, sucessivas crises de governo e crescente polarização ideológica. Nesse contexto, a Câmara dos Deputados adquiriu protagonismo inédito, mas ainda se conhece pouco sobre o perfil social de seus membros. A maioria dos estudos privilegia a arena eleitoral, focando em partidos, coligações e resultados de votação, sem examinar de modo mais sistemático como a origem socioprofissional dos parlamentares molda a representação política.

A literatura clássica de Sociologia Política brasileira destacou a persistência de empresários, profissionais liberais e burocratas no Parlamento, apontando transformações graduais em sua composição (Rodrigues, 2002, 2006). Mais recentemente, novas análises institucionais enfatizaram a profissionalização da política e a emergência de carreiras especializadas (Codato et al., 2017). Contudo, ainda faltam estudos longitudinais que articulem essas duas dimensões – *profissionalização política* e *clivagens sociais* – em perspectiva comparada entre blocos ideológicos.

Este artigo busca preencher essa lacuna ao examinar a evolução da composição ocupacional dos deputados federais brasileiros entre 1998 e 2022. O desenho metodológico mobiliza duas estratégias complementares: (i) incluir todos os parlamentares, de modo a captar a expansão das carreiras políticas profissionais; e (ii) excluir políticos profissionais, para observar como diferentes setores sociais mantêm canais diretos de representação no Legislativo federal. Essa abordagem dual permite

analisar simultaneamente a autonomização do campo político nacional e a persistência de vínculos societais.

A contribuição principal deste estudo é demonstrar como a Câmara dos Deputados funciona como um sistema híbrido, no qual a profissionalização política não eliminou as clivagens sociais, mas passou a coexistir com elas. Ao integrar análise ocupacional, ideológica e temporal, o artigo pretende oferecer evidências originais para compreender os dilemas contemporâneos da representação no Brasil e dialoga com debates internacionais sobre elites parlamentares em democracias pós-transição.

O artigo está estruturado da seguinte maneira. A seção 2 revisa a literatura sobre clivagens sociais e profissionalização política, ressaltando como a Câmara dos Deputados se tornou espaço de coexistência entre vínculos societais persistentes e carreiras políticas especializadas. Em seguida, na seção 3, apresentamos quatro hipóteses que articulam essas duas dimensões. A seção de materiais e métodos detalha uma estratégia dual, que distingue ocupações de origem social de políticos profissionais, e descreve a aplicação de técnicas estatísticas capazes de capturar tanto associações estáticas quanto mudanças condicionadas no tempo. Na seção 5, de resultados e discussão, mostramos que empresários se concentram na direita, burocratas, professores e trabalhadores na esquerda, enquanto profissionais liberais permanecem mais próximos do centro. Além disso, identificamos que a profissionalização política se expandiu de forma transversal, mas sem eliminar divisões ideológicas. Por fim, a conclusão argumenta que a Câmara dos Deputados do Brasil deve ser compreendida como um sistema híbrido, no qual a autonomização do campo político não substituiu, mas convive com clivagens sociais duradouras, implicando dilemas relevantes para análises sobre reconfigurações da representação política em democracias pós-transição.

2. Revisão da literatura: política e sociedade

A redemocratização inaugurada pela Constituição de 1988 consolidou o regime democrático, mas expôs dilemas persistentes de governabilidade. A fragmentação partidária e a necessidade de formar amplas coalizões parlamentares tornaram-se marcas do presidencialismo brasileiro, sustentado pela distribuição proporcional de cargos ministeriais e pela negociação constante entre bancadas ideologicamente heterogêneas (Amorim Neto, 2000; Couto & Arantes, 2006). Esse arranjo institucional gerou tanto

estabilidade relativa como sucessivas crises de governo, alimentando um debate acadêmico sobre a natureza do multipartidarismo nacional.

Desde os anos 1980, diagnósticos iniciais classificaram o sistema partidário brasileiro como atrofiado ou parasitário (Lamounier, 1980). A literatura internacional reforçou essa visão, caracterizando-o como fracamente institucionalizado, com alta volatilidade eleitoral e baixo enraizamento social (Mainwaring, 1999; Mainwaring & Scully, 1994). Em contraponto, Limongi e Figueiredo (1995, 1998) mostraram que, apesar do personalismo e da fragmentação, partidos no Congresso operam com surpreendente disciplina e previsibilidade, desempenhando papel central na organização do trabalho legislativo. O debate entre fragilidade e funcionalidade passou, assim, a estruturar as interpretações sobre a dinâmica partidária no Brasil nos anos 1990 e 2000.

Para além das instituições, a literatura sociológica enfatiza a persistência de clivagens sociais como eixo explicativo da representação política. Lipset e Rokkan (1967) identificaram divisões estruturais que moldam sistemas partidários, destacando a clivagem capital-trabalho. Embora tais clivagens tenham se tornado menos diretas nas democracias contemporâneas, sua influência permanece mediada por contextos sociais e culturais (Deegan-Krause, 2013). No Brasil, estudos pioneiros sobre a composição social do Parlamento revelaram padrões estáveis de recrutamento político: empresários, profissionais liberais e burocratas dominam a arena legislativa, ainda que em diferentes proporções ao longo do tempo (Fleischer, 1981; Rodrigues, 2002, 2006). Rodrigues argumentou que mudanças no perfil dos parlamentares resultam menos de transformações estruturais de classe e mais de oscilações eleitorais que afetam a força relativa dos partidos. Assim, a vitória do PT em 2002, por exemplo, alterou substancialmente a composição social da Câmara dos Deputados, sem implicar ruptura das clivagens subjacentes.

Outro eixo de debate refere-se à crescente profissionalização da política. A literatura argumenta que, em democracias consolidadas, o acesso ao poder tende a ser dominado por políticos de carreira, em contraste com o ingresso de “notáveis” com base em recursos externos (Perissinotto & Miriade, 2009; Costa & Codato, 2013; Codato et al., 2017). No Brasil, esse processo é mais recente, mas vem se intensificando, indicando a formação de trajetórias especializadas e a reprodução endógena do poder político. A profissionalização amplia a estabilidade e a previsibilidade das carreiras, mas levanta preocupações quanto ao distanciamento das elites em relação às bases

sociais. Essa tensão reforça a necessidade de integrar perspectivas sociológicas sobre clivagens com abordagens institucionalistas da competição política, a fim de compreender como origens ocupacionais e carreiras profissionais se articulam no interior dos blocos ideológicos dos partidos.

Apesar do acúmulo de estudos sobre institucionalização partidária, clivagens sociais e profissionalização da política, ainda faltam análises que combinem essas dimensões em perspectiva longitudinal e ideológica. Este artigo busca preencher essa lacuna examinando como a origem socioprofissional dos deputados federais brasileiros se distribui entre blocos de esquerda, centro e direita ao longo de sete legislaturas, formulando hipóteses que integram vínculos sociais persistentes e trajetórias de profissionalização política.

3. Hipóteses e fundamentos teóricos

Nossa investigação estrutura-se em torno de quatro hipóteses de pesquisa que capturam diferentes aspectos do fenômeno estudado. As hipóteses estão formuladas a partir de estudos clássicos da Ciência Política sobre a representação parlamentar, clivagens sociais e os partidos políticos. Na sequência, apresentamos cada uma delas aplicadas ao contexto da democracia brasileira e discutimos junto aos estudos que as originam.

Hipótese 1. *A hipótese da diferenciação social por ideologia* propõe que, considerando as ocupações dos deputados federais, a sua distribuição não é aleatória entre os blocos ideológicos dos partidos, com empresários concentrando-se na direita, burocratas e professores na esquerda, profissionais liberais no centro, enquanto políticos profissionais crescem em todos os blocos, indicando a autonomização do campo político, mas em patamares distintos.

Esse é um dos principais efeitos da rotinização da democracia política no Brasil pós-1988 (*the only game in town* (Linz & Stepan)). Instituições mais institucionalizadas geram carreiras mais previsíveis e especializadas. A estabilização institucional cria incentivos para investimento em carreiras políticas de longo prazo. Quando as regras do jogo se estabilizam (Constituição de 1988, calendário eleitoral regular, etc.), os custos de entrada na política diminuem e os retornos esperados aumentam, tornando racional dedicar-se exclusivamente à atividade política.

Há, ao lado da lógica da profissionalização das carreiras, uma lógica propriamente social que governa a representação política no Brasil. Na linha clássica de Lipset e Rokkan, sobre clivagens sociais e sistemas partidários, os partidos políticos se formam historicamente em torno de divisões sociais fundamentais (de classe, religião, região, setor econômico etc.) e essas clivagens tendem a congelar os sistemas partidários por décadas. Apesar de todas as mudanças institucionais no pós-88, as clivagens ocupacionais permanecem estruturantes: cada bloco ideológico atrai *preferencialmente* deputados de certas origens ocupacionais, criando “nichos sociais” de recrutamento parlamentar.

Hipótese 2. A *hipótese da estruturação societal restrita* sugere que, quando excluirmos os “políticos profissionais” da análise da classe política, e focamos apenas nas ocupações puras de origem social, esperamos que os padrões de recrutamento ideológico se mantenham ainda mais nítidos e estáveis ao longo do tempo.

No Brasil pós-1988, a ideia de “estruturação societal” é uma chave interpretativa para compreender certos paradoxos da política congressual: a coexistência de duas lógicas representativas distintas (Pitkin, 1967). Deputados com ocupações societais mantêm vínculos diretos com seus setores de origem, exercendo representação intensa de grupos específicos com *constituencies traceable*, enquanto políticos profissionais desenvolvem estratégias eleitorais abrangentes e heterogêneas. Essa dualidade explica por que o mesmo Parlamento produz oposições puramente políticas intensas em questões partidário-eleitorais, mas gera consensos surpreendentes que atravessam divisões ideológicas quando emergem interesses econômicos setoriais específicos: empresários convergem em política tributária, ruralistas superam diferenças puramente partidárias quando votam legislação agrária etc. A representação brasileira opera como sistema híbrido que combina democracia partidária com elementos “corporativos”, explicando a persistência de lobbies setoriais mesmo sob fragmentação partidária e crise política do presidencialismo de coalizão (Abranches, 1988).

Hipótese 3. A *hipótese da mudança temporal condicionada* propõe que a associação entre ocupação e ideologia varia significativamente entre 1998 e 2022, revelada pela presença de interações estatísticas de terceira ordem que indicam que os padrões de recrutamento não são de forma alguma estáticos, mas

sujeitos a reconfigurações condicionadas por conjunturas específicas e reformas institucionais.

Essa relação pode ser forte em alguns períodos, fraca em outros, pode até se inverter temporariamente, dependendo do que está acontecendo no país. Nesse sentido, a “mudança é condicionada” (e não linear) porque depende de condições específicas: crises econômicas, escândalos políticos, reformas constitucionais, polarização social etc. A ideia central por trás da hipótese é que instituições políticas passam por períodos de estabilidade intercalados com momentos de mudança acelerada. Durante “conjunturas críticas”, os padrões estabelecidos de recrutamento político podem se reconfigurar rapidamente. Isso significa que os padrões “classistas” da classe política podem ser afetados por choques de credibilidade e perdas de legitimidade, realinhamentos decorrentes de incentivos eleitorais e clivagens ideológicas que podem, no limite, reorganizado temporariamente como diferentes ocupações se distribuem pelos blocos de partidos, criando alinhamentos até então inéditos.

Hipótese 4. *A hipótese da heterogeneidade entre blocos* postula que os efeitos do tempo (a sucessão de eleições) sobre as ocupações não são homogêneos entre esquerda, centro e direita, exigindo modelos estatísticos com termos de interação ou análises estratificadas que captem essas diferenças. Assim, enquanto a esquerda pode mostrar um crescimento linear de funcionários públicos nas suas fileiras, a direita pode apresentar oscilações cíclicas na presença de empresários, e o centro pode manter sua composição “de classe” relativamente estável.

Mesmo partindo do mesmo ponto (a redemocratização de 1985), cada bloco ideológico pode ter desenvolvido dinâmicas temporais próprias no processo de recrutamento de seus representantes. Essa é a essência da heterogeneidade temporal. Ao longo de 28 anos, as eleições afetaram cada bloco ideológico de maneiras qualitativa e quantitativamente distintas. Não é apenas que alguns mudam mais rápido que outros, mas que mudam seguindo lógicas temporais fundamentalmente diferentes. Sartori (1981) sugeriu que sistemas partidários operam como constelações de subsistemas relativamente autônomos, cada um com suas próprias dinâmicas internas, onde diferentes áreas do espectro ideológico operam segundo lógicas de competição distintas. Além disso, Kitschelt, em seus estudos sobre transformações partidárias europeias, demonstrou que partidos de diferentes famílias ideológicas respondem de forma distinta aos mesmos choques externos (Kitschelt, 1992, 1997).

4. Materiais e Métodos

4.1 *Desenho da pesquisa e fonte de dados*

Nosso estudo emprega um desenho de pesquisa quantitativo com análise longitudinal de dados de painel, examinando a evolução da composição socioprofissional da Câmara dos Deputados brasileira ao longo de sete eleições consecutivas realizadas entre 1998 e 2022.

A escolha deste recorte temporal justifica-se por três razões principais: (i) captura as duas décadas e meia do período pós-redemocratização, permitindo uma avaliação de longo prazo das transformações da representação político-parlamentar; (ii) inclui ciclos eleitorais que abrangem diferentes configurações do sistema partidário e eleitoral, com momentos de maior e menor polarização política; e (iii) utiliza dados coletados sob um sistema de registro eleitoral relativamente estável, garantindo comparabilidade temporal.

Os dados foram extraídos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), especificamente do Repositório de Dados Eleitorais, compreendendo as declarações de ocupação profissional de todos os indivíduos eleitos a deputado federal que tiveram mandato em cada pleito. O universo de análise corresponde a 3.591 casos, distribuídos por sete legislaturas consecutivas (51^a a 57^a). Esta delimitação privilegia a análise dos perfis que efetivamente acessaram o poder legislativo, em contraposição a estudos que incluem candidatos não eleitos, permitindo assim uma caracterização precisa da composição real da Câmara em cada período.

4.2 *Definição e operacionalização das variáveis de interesse*

A variável central do estudo é “ocupação profissional”, baseada na autodeclaração dos candidatos ao TSE no momento do registro de candidatura. Reconhecendo as limitações inerentes à autodeclaração e a necessidade de comparabilidade temporal, foi desenvolvido um sistema de recodificação que organiza as múltiplas ocupações declaradas em categorias analiticamente significativas. O processo de recodificação seguiu três princípios: preservação da informação substantiva original, agregação em categorias mutuamente excludentes e exaustivas, e manutenção

da comparabilidade com estudos anteriores da literatura (Codato *et al.*, 2014; Rodrigues, 2002, 2006).

A estratégia analítica emprega abordagem metodológica dual que opera com duas versões da variável ocupacional, cada uma desenhada para responder questões específicas sobre representação política. Na primeira análise, na qual mobilizamos a hipótese da diferenciação social por ideologia, utilizamos cinco categorias ocupacionais, filtrando apenas a categoria “outras ocupações”, são elas: burocratas/professores, empresários, trabalhadores, profissionais liberais e políticos profissionais, permitindo investigar simultaneamente dois fenômenos centrais: a emergência de carreiras políticas especializadas e a persistência de vínculos sociais tradicionais.

Na análise da estruturação social restrita, empregamos a estratégia de restrição amostral teoricamente motivada, excluindo políticos profissionais e a categoria residual para focar exclusivamente em quatro ocupações de origem social: burocratas/professores, empresários, trabalhadores e profissionais liberais. Esta exclusão dos políticos profissionais permite examinar com maior precisão como setores específicos da sociedade civil mantêm canais diretos de representação parlamentar, isolando analiticamente os vínculos entre estrutura socioeconômica e posicionamento ideológico.

A segunda variável fundamental é “ideologia partidária”, operacionalizada mediante classificação dos partidos políticos em três blocos ideológicos: esquerda, centro e direita. Essa classificação fundamenta-se nas atualizações mais recentes de Bolognesi *et al.* (2023), que fornecem posicionamentos ideológicos dos partidos políticos validados por *expert surveys*. Para partidos extintos ou que passaram por processos de fusão/cisão, aplicou-se o critério de equivalência por origem partidária, mantendo-se a classificação ideológica da legenda predecessora.

A terceira variável é “tempo”, operacionalizada como variável ordinal representando as sete eleições (1998, 2002, 2006, 2010, 2014, 2018, 2022). Esta operacionalização permite identificar tendências lineares e não lineares, mudanças abruptas e padrões cíclicos na composição ocupacional, além de possibilitar a modelagem de interações complexas entre tempo, ocupação e ideologia.

4.3 Estratégia estatística e procedimentos analíticos

A estratégia estatística combina métodos descritivos e inferenciais organizados em progressão analítica que vai de associações básicas a modelagens de interação temporal. A abordagem metodológica dual emprega duas versões da variável ocupacional: *análise completa* (cinco categorias incluindo políticos profissionais) e *análise restrita* (quatro ocupações de origem social), permitindo investigar simultaneamente profissionalização política e estruturação societal.

O primeiro conjunto de procedimentos baseia-se em testes de associação *qui-quadrado de Pearson* para mensurar a força da relação entre ocupação e ideologia, complementados pelo *V de Cramér* para quantificar a intensidade das associações. A análise de *resíduos padronizados ajustados* identifica padrões específicos de concentração e sub-representação ocupacional entre blocos ideológicos, fornecendo evidência visual através de gráficos de calor que facilitam a interpretação dos achados.

O núcleo da análise inferencial emprega modelos de regressão logística multinomial, escolhidos por sua adequação a variáveis dependentes categóricas politômicas e capacidade de controlar efeitos temporais. Estes modelos permitem estimar probabilidades ajustadas para cada combinação ocupação-ideologia-tempo, gerando séries temporais visualizadas através de gráficos de probabilidades ajustadas que capturam trajetórias diferenciadas entre blocos ao longo das sete eleições analisadas. Para testar hipóteses de mudança temporal condicionada, aplicamos testes de razão de verossimilhança (LRT) comparando modelos aninhados com e sem termos de interação tempo x ideologia.

A hipótese de heterogeneidade entre blocos é testada através de procedimentos estratificados que combinam testes de *Mantel-Haenszel* para odds ratios comuns com testes de *Breslow-Day* para homogeneidade entre estratos. *Arrays* bidimensionais 2 x 2 x K (ocupação x tempo x ideologia) são construídos para cada categoria ocupacional, permitindo identificar quais ocupações apresentam trajetórias temporais genuinamente diferenciadas entre blocos ideológicos.

Efeitos marginais médios, calculados com o pacote *marginaleffects*, foram utilizados para quantificar mudanças de probabilidade associadas a variações nas variáveis preditoras, permitindo uma interpretação substantiva dos coeficientes dos modelos multinomiais. Esses efeitos são reportados em pontos percentuais por ano e por ciclo eleitoral, o que facilita a compreensão das magnitudes observadas. Como o painel contém observações repetidas de candidatos ao longo do tempo, o que gera dependência

intraindivíduo devido à reeleição, adotamos erros padrão robustos clusterizados por candidato, onde recalculamos a partir de efeitos marginais. Os resultados permanecem substantivamente idênticos, indicando robustez das inferências. Essa estratégia corrige a correlação intracluster sem alterar as estimativas pontuais dos coeficientes. Todos os testes estatísticos foram implementados em linguagem R, no ambiente RStudio.

Para maior clareza, o Quadro 1 apresenta uma síntese dos principais elementos do desenho metodológico e da estratégia estatística empregada neste estudo.

Quadro 1. Síntese da estratégia metodológica do estudo

Aspecto	Procedimento
Unidade de análise	3.591 deputados federais eleitos em sete legislaturas consecutivas (1998–2022).
Fonte de dados	Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ocupação autodeclarada nas candidaturas.
Classificação ocupacional	empresários; profissionais liberais; burocratas/professores; trabalhadores; políticos profissionais.
Classificação ideológica	Partidos agrupados em esquerda, centro e direita (conforme Bolognesi, Ribeiro & Codato, 2023).
Estratégia analítica	(i) Incluindo todos os deputados, para capturar profissionalização política; (ii) Excluindo políticos profissionais, para observar vínculos societários diretos.
Análise temporal	Comparação longitudinal. Medição da associação entre ocupação e ideologia em cada eleição separadamente, observando permanências e mudanças ao longo do tempo.
Técnicas estatísticas	(a) Testes qui-quadrado de Pearson, V de Cramér e resíduos padronizados; (b) Regressão logística multinomial com efeitos temporais e interações tempo × ideologia; (c) Testes de razão de verossimilhança (LRT) para comparar modelos aninhados; (d) Testes de Mantel-Haenszel e Breslow-Day para verificar heterogeneidade entre blocos; (e) Cálculo de efeitos marginais médios para interpretação substantiva.
Crítérios de significância	Nível de significância adotado: $p < 0,05$.
Ferramentas	R (RStudio), com pacotes para modelos multinomiais e cálculo de efeitos marginais.

Fonte: Os autores. Elaboração própria.

4.4 Considerações metodológicas e limitações

É importante reconhecer desde logo algumas limitações metodológicas que podem afetar a interpretação dos resultados.

A dependência dos dados da autodeclaração ocupacional pode introduzir vieses relacionados à apresentação estratégica de identidades profissionais por parte dos candidatos. Além disso, a categorização de ocupações necessariamente implica escolhas analíticas que podem não capturar toda a complexidade das trajetórias profissionais individuais.

A classificação ideológica dos partidos, embora baseada em critérios estabelecidos na literatura (Bolognesi, Ribeiro & Codato, 2023), pode não refletir adequadamente mudanças bruscas na conjuntura eleitoral partidos ou a heterogeneidade ideológica dentro das legendas. Para mitigar essas limitações, todos os procedimentos de codificação foram documentados de forma transparente.

Finalmente, a análise foca exclusivamente na composição da Câmara dos Deputados, não abrangendo outras arenas políticas como o Senado Federal, assembleias legislativas estaduais ou câmaras municipais. Esta delimitação permite maior profundidade analítica, mas limita a generalização dos resultados para outras instâncias do sistema político brasileiro.

5. Resultados e discussão

A nossa primeira análise possui duas motivações principais: inicialmente é investigar a consistência das clivagens sociais clássicas (empresários na direita, burocratas/professores na esquerda, profissionais liberais no centro) apresentadas na literatura de Sociologia Política brasileira (Rodrigues, 2002; 2006). Em um segundo momento é capturada a tensão entre autonomização do campo político com a emergência de carreiras políticas especializadas que crescem transversalmente entre blocos ideológicos, oferecendo panorama da transformação da elite parlamentar pós-redemocratização.

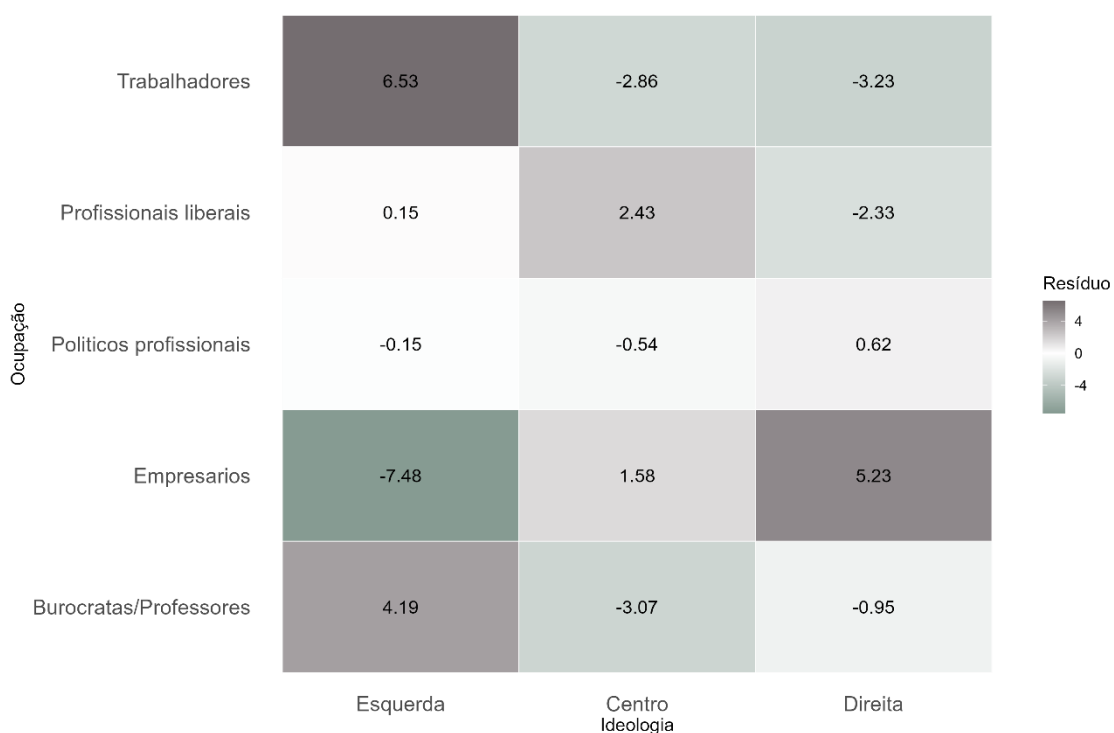
Os primeiros resultados do artigo confirmam a existência de estruturação ocupacional distinta entre blocos ideológicos (*Hipótese 1*). Realizado o teste qui-quadrado de *Pearson*, foi evidenciado uma associação significativa entre ocupação e ideologia, sugerindo associação de intensidade moderada entre essas variáveis. A análise dos resíduos padronizados ajustados demonstrada no Gráfico 1, revela os padrões específicos postulados: na esquerda, concentram-se burocratas/professores e trabalhadores, com marcante sub-representação de empresários; na direita, empresários

apresentam forte sobre-representação; o centro caracteriza-se pela concentração de profissionais liberais.

O modelo de regressão multinomial (*Anexo I*) revela que essas associações variam temporalmente, confirmando o crescimento dos políticos profissionais através do declínio significativo de todas as ocupações sociais ao longo do período. A modelagem também evidencia padrões mais nuançados na distribuição ocupacional entre blocos ideológicos, em comparação com o teste de resíduos: trabalhadores apresentam a concentração mais intensa na esquerda, mas também presença significativa na direita; burocratas/professores seguem padrão similar com concentração predominante na esquerda e presença menor na direita.

Empresários exibem a maior polarização assimétrica entre os blocos, caracterizada por forte rejeição à esquerda, contrastando com concentração moderada na direita, sugerindo que esta categoria evita ativamente posicionamentos progressistas mais do que busca especificamente os partidos de direita. Profissionais liberais confirmam posição centrista com coeficientes não-significativos para ambos os blocos, mantendo distribuição equilibrada no espectro ideológico e intermediária no sistema de representação ocupacional.

Gráfico 1. Análise de resíduos ajustados a partir do *chi-square test*



$N = 3301$; $X^2 Test = 117,03$; $p < 0,001$; V de Cramér = 0,133

Fonte: Elaboração própria (2025).

Esses achados confirmam a coexistência de dois processos centrais na representação política brasileira pós-1988. Por um lado, evidencia-se o fenômeno da profissionalização política mencionado pela literatura (Codato *et al.*, 2017; Costa & Codato, 2013; Marengo, 2000), com o crescimento consistente da categoria “políticos profissionais” em todos os blocos ideológicos, associado temporalmente com a consolidação institucional próprio do processo de institucionalização democrática (Linz & Stepan, 1996) que reduziu os custos de entrada e aumentou os retornos esperados de carreiras políticas especializadas.

Por outro lado, persistem clivagens sociais nos moldes daquilo que foi identificado por Lipset e Rokkan, com cada bloco ideológico mantendo “nichos ocupacionais” de recrutamento que espelham divisões sociais fundamentais: o vínculo histórico entre esquerda e categorias trabalhadoras (burocratas públicos e trabalhadores), a afinidade tradicional entre direita e setores empresariais, e a posição intermediária do centro através dos profissionais liberais, indo ao encontro e corroborando com as evidências apresentadas por Rodrigues no início dos anos 2000 (Rodrigues, 2002, 2006).

A combinação desses processos sugere que a democracia brasileira não experimentou nem uma completa autonomização do campo político nem uma simples reprodução de clivagens pré-existentes, mas sim um padrão híbrido que articula profissionalização crescente com estruturação social persistente. Essa interpretação suscita questão analítica complementar: se os políticos profissionais funcionam como categoria “transversal” que dilui os padrões de associação ocupação-ideologia, a exclusão dessa categoria deveria intensificar a visibilidade das clivagens sociais tradicionais.

A Hipótese 2 testa especificamente essa premissa através da análise restrita às ocupações de origem social. Focando exclusivamente nestas categorias (excluindo políticos profissionais), o teste confirma a estruturação ocupacional distintas entre blocos ideológicos. O teste qui-quadrado indica associação significativa, com maior intensidade aquela observada na análise geral, confirmando que a exclusão dos políticos profissionais evidencia ainda mais os padrões de estruturação societal ($X^2 Test = 116,27$; $p < 0,001$; V de Cramér = 0,183). Os resíduos padronizados ajustados revelam

polarização acentuada: empresários concentram-se fortemente na direita (resíduo = +5,75) com marcante sub-representação na esquerda (resíduo = -7,96); trabalhadores mostram concentração robusta na esquerda (resíduo = +6,61) e sub-representação na direita (resíduo = -3,17); burocratas/professores seguem padrão similar aos trabalhadores (resíduos = +4,31 na esquerda, -3,34 no centro); profissionais liberais mantêm concentração no centro (resíduo = +2,69).

Para acrescentar e interagir o fator temporal nessa análise, recorreremos a um modelo multinomial com interações (ver *Anexo II*) que evidencia que essas associações variam ao longo do tempo. Por meio do Gráfico 2 de probabilidades ajustadas, é possível notar as diferenças ocupacionais em relação aos blocos ideológicos na Câmara. Destaca-se a maior concentração de trabalhadores e burocratas/professores na esquerda comparativamente ao centro, confirmando vínculos entre categorias trabalhadoras e posicionamentos progressistas. Entre empresários, observa-se desaceleração temporal na direita e na esquerda em relação ao centro, enquanto profissionais liberais apresentam declínio em todos os blocos.

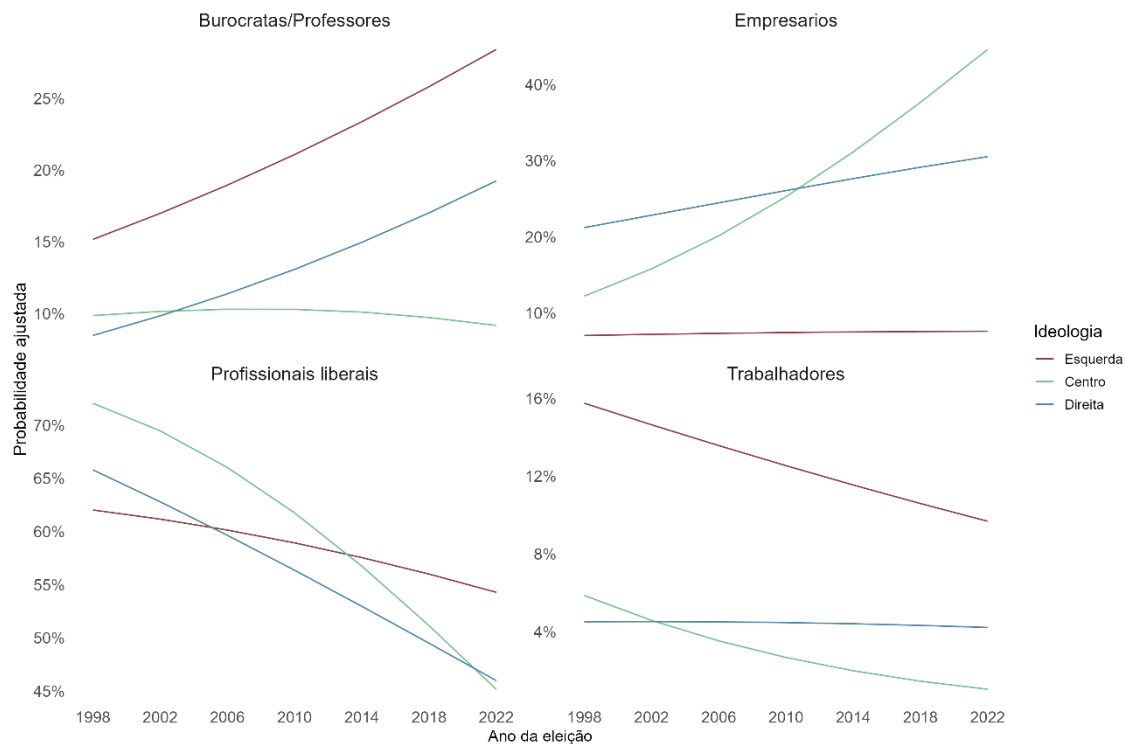
Esses resultados corroboram empiricamente a hipótese de que as clivagens sociais permanecem estruturantes no sistema político brasileiro, ainda que de forma atenuada pela profissionalização política. Quando excluídos os políticos profissionais da análise, os vínculos entre origem ocupacional e posicionamento ideológico tornam-se estatisticamente mais robustos, demonstrando que essa categoria atua como fator de mediação que atenua, mas não elimina, as divisões sociais tradicionais. Tal padrão sugere que, mesmo sob os processos contemporâneos de profissionalização política, a elite parlamentar brasileira mantém vínculos representativos que espelham interesses de classe e origens sociais. Esses achados confirmam a persistência de clivagens sociais subjacentes ao sistema político brasileiro.

Esta dualidade representativa explica fenômenos paradoxais da política congressual: a coexistência de polarização partidária intensa em questões eleitorais com consensos suprapartidários em matérias setoriais específicas, onde empresários convergem independentemente de filiação partidária, assim como categorias trabalhadoras. O sistema político brasileiro pós-1988 opera, portanto, como estrutura híbrida que combina competição partidária moderna com canais persistentes de representação de interesses de classes, mediados pela manutenção de vínculos

ocupacionais diretos entre parcela significativa dos deputados e seus setores sociais de origem.

Complementar a análise da estruturação social restrita, o teste da *Hipótese 3* fornece evidências da existência de mudança temporal condicionada nos padrões de recrutamento ocupacional-ideológico. O teste de razão de verossimilhança do modelo multinomial confirma que a interação tempo \times ideologia é estatisticamente significativo (LR = 14,27; gl = 6; p = 0,027), indicando que a associação ocupação-ideologia varia ao longo do período 1998-2022. Ao estimar efeitos marginais médios com erros padrão clusterizados, os resultados para a *H3* confirmam o padrão ocupacional já observado. A correção para dependência intraindivíduo não altera a direção dos efeitos, apenas amplia intervalos de confiança em algumas comparações, indicando robustez das inferências.

O gráfico de probabilidades ajustada (Gráfico 2) revela trajetórias diferenciadas entre blocos ideológicos para cada ocupação: burocratas/professores mostram crescimento consistente na esquerda com estabilidade nos demais blocos; empresários apresentam trajetórias relativamente paralelas entre blocos; profissionais liberais exibem declínio convergente; trabalhadores demonstram volatilidade maior na direita e centro comparativamente à estabilidade na esquerda. Essas trajetórias assimétricas, embora persistam padrões estruturais de associação ocupacional-ideológica, apontam para que há espaço para ciclos de abertura e fechamento, confirmando que o recrutamento político brasileiro não segue tendências lineares, mas é moldado por conjunturas institucionais e partidárias.

Gráfico 2. Probabilidades ajustadas por ideologia e tempo

$N = 1722$.

Fonte: Elaboração própria (2025).

Os achados sustentam a tese da mudança temporal condicionada, evidenciando que a representação política brasileira experimenta reconfigurações dos padrões clássicos de recrutamento sem, contudo, rupturas estruturais definitivas. A significância da interação temporal no modelo multinomial confirma que, ao longo das diferentes conjunturas do período analisado, mudanças institucionais e políticas afetaram de formas distintas como ocupações sociais se distribuem entre blocos ideológicos. Este padrão de mudanças condicionadas por contextos específicos é consistente com teorias institucionalistas sobre mudança política, onde instituições democráticas consolidadas mantêm estruturas básicas de recrutamento enquanto permitem adaptações conjunturais. O fato de trabalhadores e burocratas/professores manterem vínculos estáveis com a esquerda, mesmo durante diferentes conjunturas, enquanto profissionais liberais experimentam declínio transversal entre as ideologias, sugere que algumas clivagens sociais são mais resilientes a mudanças temporais que outras, confirmando a coexistência de elementos estruturais duradouros com dinâmicas adaptativas no sistema político brasileiro pós-redemocratização.

A tese da heterogeneidade temporal entre blocos ideológicos, em nosso último teste (*Hipótese 4*), é parcialmente confirmada no período 1998-2022. Para essa averiguação, realizamos os testes de *Mantel-Haenszel* e *Breslow-Day*, que revelam padrões diferenciados entre as ocupações analisadas. Empresários apresentam heterogeneidade significativa entre os blocos, indicando que os efeitos temporais operam de forma distinta entre esquerda, centro e direita para esta categoria. Burocratas/professores, profissionais liberais e trabalhadores exibem padrões temporais relativamente homogêneos entre blocos, com *odds ratios* comuns de 1,61, 0,65 e 0,76, respectivamente. Profissionais liberais e burocratas/professores apresentam efeitos temporais significativos, mas com direções opostas: crescimento para burocratas/professores e declínio para profissionais liberais. Trabalhadores não apresentam mudança temporal significativa. A rejeição da homogeneidade apenas para empresários indica que a heterogeneidade entre blocos não é um fenômeno generalizado, mas específico de certas categorias ocupacionais. A Tabela 1, apresenta detalhadamente os resultados desses testes estatísticos.

Tabela 1. Testes *Mantel-Haenszel* e *Breslow-Day* para confirmação da heterogeneidade temporal entre blocos ideológicos

Ocupação	OR (MH)	IC95%	p (MH)	p (Breslow-Day)	Interpretação
Empresários	1.47	1.15; 1.88	0.002	0.025	ORs heterogêneos entre blocos
Burocratas/Professores	1.61	1.21; 2.12	0.001	0.088	Homogeneidade não rejeitada
Profissionais liberais	0.65	0.53; 0.79	<0.001	0.134	Homogeneidade não rejeitada
Trabalhadores	0.76	0.50; 1.16	0.243	0.224	Homogeneidade não rejeitada

$N = 1722$.

Fonte: Elaboração própria.

Os achados sustentam parcialmente a hipótese da heterogeneidade temporal, mas revelam um padrão mais nuançado que o postulado inicialmente. A heterogeneidade significativa encontrada para empresários confirma que esta categoria desenvolveu trajetórias temporais diferenciadas entre as ideologias partidárias, consistente com a literatura sobre diversificação estratégica de elites econômicas em democracias consolidadas. A mudança temporal foi estatisticamente diferente entre os três blocos ($p = 0,025$). Isso significa que a presença de empresários na esquerda evolui de uma forma, no centro de outra forma, e na direita de uma terceira forma - e essas diferenças são estatisticamente significativas.

A homogeneidade temporal de burocratas/professores e trabalhadores sugere que certas clivagens ocupacionais operam segundo lógicas mais transversais aos blocos ideológicos, mantendo padrões consistentes independentemente do posicionamento no espectro esquerda-direita, ou seja, a forma como essas ocupações mudam ao longo do tempo é estatisticamente similar nos três blocos ideológicos.

Em termos práticos, isso sugere que os empresários respondem de forma diferenciada às conjunturas políticas dependendo do bloco ideológico em que se encontram, enquanto outras ocupações mantêm padrões de mudança mais uniformes independentemente da ideologia partidária.

Tratando mais substancialmente dessas diferenças na categoria empresários, o que percebemos é uma aceleração muito mais intensa no campo do centro do que na direita no que se refere à presença de empresários na política. Para avaliar as razões deste fenômeno, é preciso se debruçar, em estudos futuros, na relação de empresários autodeclarados com a direita política.

O resultado contradiz parcialmente as expectativas teóricas baseadas em Sartori e Kitschelt sobre subsistemas partidários autônomos, sugerindo que a heterogeneidade temporal não é característica universal dos blocos ideológicos, mas possui um condicionamento por fatores específicos de cada categoria ocupacional. A ausência de heterogeneidade para a maioria das ocupações em nossa análise aponta que, embora existam diferenças conjunturais significativas ao longo do tempo (conforme relatamos na *H3*), os blocos ideológicos brasileiros mantiveram lógicas de recrutamento relativamente paralelas para a maior parte das categorias sociais, apontando para a

persistência de padrões estruturais subjacentes que transcendem divisões partidário-ideológicas no período pós-redemocratização.

Importante notar que este estudo adota um desenho essencialmente associativo e comparativo no tempo. A estratégia metodológica permite identificar padrões estáveis e mudanças condicionadas na composição socioprofissional dos deputados federais entre 1998 e 2022, bem como sua distribuição entre blocos ideológicos. As interações e estratificações utilizadas oferecem controle parcial sobre variações contextuais, *mas não autorizam inferências de causalidade direta entre origem ocupacional, ideologia partidária e resultados eleitorais*. O artigo, portanto, não pretende explicar por que determinados indivíduos se tornam candidatos ou por que eleitores favorecem certos perfis, mas sim descrever e comparar como diferentes categorias sociais se traduzem em representação parlamentar ao longo do período analisado.

Conclusões

A redemocratização brasileira reabriu questões fundamentais sobre as relações entre estrutura social e sistema político. A análise pioneira de Abranches (1988) sobre o caráter social do sistema partidário e suas tensões com o presidencialismo permanece subtilizada na literatura. Os estudos dos anos 1990 demonstraram que o presidencialismo de coalizão funcionava através de mecanismos institucionais que asseguravam governabilidade apesar da diversidade partidária (Figueiredo & Limongi, 1999). Contudo, nossos resultados sugerem que essa governabilidade institucional coexiste com uma governabilidade societal baseada na manutenção de vínculos ocupacionais específicos, onde empresários, burocratas e trabalhadores preservam canais diretos de representação que operam paralelamente aos mecanismos partidários formais.

Parte da literatura argumenta que a crescente profissionalização política, resultante da institucionalização democrática, reduziria a relevância das origens sociais e promoveria homogeneização do sistema político. Nossos achados confirmam parcialmente essa tese, corroborando Perissinotto e Miríade (2009), mas revelam a necessidade de análise mais nuançada. Especificamente, nossos achados contestam a tese linear da profissionalização ao revelar que ela não elimina, mas convive com, as clivagens sociais tradicionais. Diferentemente do que sugeriria uma leitura puramente

institucionalista da consolidação democrática, a estabilização das ‘regras do jogo’ (Linz & Stepan, 1996) não homogeneizou o recrutamento político, mas permitiu a institucionalização simultânea de carreiras profissionais e de canais sociais de representação.

O teste da primeira hipótese demonstra que a profissionalização política transcende divisões ideológicas: direita, esquerda e centro incorporaram crescentemente políticos profissionais. Entretanto, entre os não profissionais, persistem clivagens ideológico-sociais historicamente estabelecidas: a esquerda concentra burocratas estatais e trabalhadores; a direita, empresários; o centro, profissionais liberais. Destaca-se particularmente a sobrerrepresentação de empresários na direita e sua virtual ausência na esquerda.

Este achado alinha-se com a literatura comparada. Gaxie (2012) demonstra que partidos franceses demandam capitais distintos – simbólicos, intelectuais ou materiais – para acesso às carreiras políticas, configurando processos de elitização com variações internas. Similarmente, Mellado (2018) mostra que a estabilidade institucional argentina não rompeu vínculos sociais históricos no recrutamento político. Os padrões de estratificação social persistente contradizem diagnósticos sobre o ‘multipartidarismo atrofiado’ (Lamounier, 1980) e a ‘fraca institucionalização’ (Mainwaring, 1999) do sistema partidário brasileiro. Ao contrário, a manutenção de nichos ocupacionais específicos por bloco ideológico sugere um tipo particular de institucionalização baseada na cristalização de clivagens sociais, confirmando a crítica de Limongi e Figueiredo (1998) sobre a subestimação da consistência funcional dos partidos brasileiros.

A exclusão dos políticos profissionais da análise (segunda hipótese) intensifica a estratificação social: empresários concentram-se na direita e trabalhadores na esquerda, evidenciando a centralidade da clivagem capital-trabalho. Este padrão confirma estudos recentes sobre como a posição de classe molda percepções de legitimidade política (Laurison, 2016; Carnes & Lupu, 2023).

Contudo, mesmo concentrados na esquerda, os trabalhadores no Congresso constituem uma “elite da classe trabalhadora” (Gaxie, 2012; Bolognesi, 2019), de modo que sua presença não equivale à representação social espelhada.

A terceira hipótese revela que a associação entre ocupação e ideologia não é estática, variando conforme conjunturas políticas. Observamos: crescimento contínuo de burocratas/professores na esquerda com estabilidade no centro e direita; declínio generalizado dos profissionais liberais; estabilidade dos empresários nos três blocos; e volatilidade temporal dos trabalhadores no centro e direita, contrastando com estabilidade na esquerda.

A quarta hipótese demonstra heterogeneidade parcial nas lógicas temporais entre blocos ideológicos. Empresários apresentam trajetórias significativamente diferentes entre esquerda, centro e direita, respondendo assimetricamente às conjunturas. Em contraste, burocratas/professores e profissionais liberais exibem padrões homogêneos – crescimento contínuo para os primeiros, declínio para os segundos.

O declínio dos profissionais liberais reflete o fortalecimento das instituições políticas modernas, onde carreiras tradicionais (advocacia, medicina) perdem espaço. Em contraste, ocupações vinculadas à clivagem capital-trabalho mantêm inserções estáveis através de estruturas organizacionais próprias: trabalhadores e burocratas apoiam-se em estruturas sindicais e associativas; empresários utilizam financiamento privado (permitido até 2016) e entidades corporativas que institucionalizam vínculos parlamentares (Mancuso, 2004). A persistência diferenciada das clivagens ocupacionais oferece uma chave interpretativa para compreender como o Brasil combinou ‘consolidação democrática’ com ‘desafios persistentes na institucionalização do regime’, conforme diagnosticado na introdução. O sistema político pós-1988 não produziu uma institucionalização uniforme, mas uma institucionalização híbrida que preservou canais tradicionais de representação societal dentro de estruturas partidárias formalmente modernas.

A maior estabilidade na esquerda versus ampliação de outsiders na direita (Picussa, 2024) conecta-se ao debate sobre dificuldades de renovação no campo progressista, tema que merece investigação futura. Essas dificuldades ficam ainda mais explícitas quanto é tratada a questão específica das divisões ocupacionais, quando é perceptível uma tentativa, ainda não concretizada, de aproximação dos partidos de esquerda com empreendedores ou trabalhadores deslocados das estruturas formais de trabalho, como trabalhadores por aplicativo (Guedes, 2024).

Esta pesquisa demonstra que a profissionalização do recrutamento político e o declínio das carreiras liberais tradicionais não eliminam a influência das origens sociais. Burocratas, trabalhadores e empresários continuam acessando e conduzindo a vida política, mantendo padrões de diferenciação ideológica.

As clivagens históricas mostram resiliência diferenciada: enquanto a relação esquerda-trabalhadores permanece estável, outras associações (como empresários-direita) exibem maior sensibilidade às dinâmicas políticas específicas de cada campo ideológico.

Reconhecemos importante limitação metodológica: as análises baseiam-se em autodeclarações ao TSE, não considerando que parlamentares autodeclarados “políticos” podem possuir empresas, propriedades rurais ou outras fontes de renda. Estudos futuros devem adotar métodos mais granulares para mapear o perfil econômico dos representantes, seguindo iniciativas como o *Global Legislators Database* (Carnes et al., 2025).

Declaração de conflito de interesses

Os autores declaram que não possuem quaisquer conflitos de interesse, financeiros ou pessoais, que possam ter influenciado direta ou indiretamente a elaboração, análise e publicação deste artigo.

Financiamento

Esta pesquisa contou com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná (FA), por meio do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) Representação e Legitimidade Democrática (processo nº 406649/2022-7).

Disponibilidade de Dados e Códigos

Os dados utilizados neste estudo são de acesso público e foram obtidos junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A base de dados tratada e os scripts em R utilizados para a análise estatística estão disponíveis em repositório público no <https://doi.org/10.7910/DVN/4HHVBV>. Todo o material pode ser livremente

acessado e reutilizado para fins de pesquisa acadêmica, garantindo a reprodutibilidade dos resultados apresentados.

Anexos**Anexo I**

Hipótese 1: Regressão Logística Multinomial

Ocupação	Variável	Coefficiente	Erro padrão	Valor-p
Burocratas/Professores	Intercepto	-2,216***	(0,152)	<0,001
	Direita	0,356	(0,187)	0,057
	Esquerda	0,756***	(0,190)	<0,001
	Tempo (centrado em 2010)	-0,023*	(0,009)	0,011
Empresários	Intercepto	-1,408***	(0,108)	<0,001
	Direita	0,183	(0,137)	0,182
	Esquerda	-1,082***	(0,209)	<0,001
	Tempo (centrado em 2010)	-0,018*	(0,008)	0,019
Profissionais liberais	Intercepto	-0,483***	(0,077)	<0,001
	Direita	0,045	(0,100)	0,653
	Esquerda	0,056	(0,110)	0,612
	Tempo (centrado em 2010)	-0,063***	(0,005)	<0,001
Trabalhadores	Intercepto	-3,378***	(0,248)	<0,001
	Direita	0,395	(0,301)	0,190
	Esquerda	1,418***	(0,280)	<0,001
	Tempo (centrado em 2010)	-0,073***	(0,013)	<0,00

N = 1722; Categorias de referência: Políticos profissionais/Centro.

Fonte: Elaboração própria.

Anexo II

Hipótese 2: Regressão Logística Multinomial com interação

Ocupação	Variável	Coefficiente	Erro padrão	P-value
Burocratas/Professores	Intercepto	-1,792***	(0,170)	<0,001
	Direita	0,331	(0,205)	0,106
	Esquerda	0,765***	(0,208)	<0,001
	Tempo (centrado em 2010)	0,016	(0,021)	0,438
	Direita × Tempo	0,033	(0,025)	0,189
	Esquerda × Tempo	0,015	(0,026)	0,563
Empresários	Intercepto	-0,893***	(0,116)	<0,001
	Direita	0,123	(0,145)	0,396
	Esquerda	-1,176***	(0,218)	<0,001
	Tempo (centrado em 2010)	0,073***	(0,015)	<0,001
	Direita × Tempo	-0,043*	(0,018)	0,017
	Esquerda × Tempo	-0,065*	(0,028)	0,023
Trabalhadores	Intercepto	-3,138***	(0,351)	<0,001
	Direita	0,604	(0,394)	0,125
	Esquerda	1,590***	(0,382)	<0,001
	Tempo (centrado em 2010)	-0,052	(0,040)	0,189
	Direita × Tempo	0,065	(0,045)	0,151
	Esquerda × Tempo	0,038	(0,044)	0,395

N = 1722; Categorias de referência: Profissionais liberais/Centro.

Fonte: Elaboração Própria.

Referências

- Abranches, S. H. H. de. (1988). Presidencialismo de coalizão: O dilema institucional brasileiro. *Dados*, 31(1), 5-34.
- Abrúcio, F. (1998). Os barões da federação: Os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: Hucitec.
- Alford, R. (1967). Class voting in the anglo-american political system. Em *Party Systems and Voter Alignments: Cross-national Perspectives* (p. 68–93). The Free Press.
- Amorim Neto, O. (2000). Gabinetes presidenciais, ciclos eleitorais e disciplina legislativa no Brasil. *Dados*, 43(3), 479–519. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582000000300003>
- Bello, A. (2023). Polarização política dinâmica: evidências do Brasil. *Opinião Pública*, 29(1), 42–68. <https://doi.org/10.1590/1807-0191202329142>
- Bolognesi, B., Costa, L. D., & Codato, A. (2019). El PT de Brasil: un partido de trabajadores sin trabajadores. *América Latina Hoy*, 82, 101-128.
- Bolognesi, B., Ribeiro, E., & Codato, A. (2023). Uma Nova Classificação Ideológica dos Partidos Políticos Brasileiros. *Dados*, 66(2), e20210164. <https://doi.org/10.1590/dados.2023.66.2.303>
- Borba, J., Ferreira, M., Silva, G. da, & Amorim, L. (2025). Existem Clivagens Políticas no Brasil? *Dados*, 68(3), e20240001. <https://doi.org/10.1590/dados.2025.68.3.378>
- Carnes, N., & Lupu, N. (2023). The economic backgrounds of politicians. *Annual Review of Political Science*, 26, 253-270.
- Carnes, N., Ferrer, J., Golden, M., Lillywhite, E., Lupu, N., & Nazrullaeva, E. (2025). The Global Legislators Database: Characteristics of national legislators in the world's democracies. *British Journal of Political Science*, 55, e27, 1-12.
- Chaia, V., & Teixeira, M. A. (2001). Democracia e escândalos políticos. *São Paulo em Perspectiva*, 15(4), 62–75. <https://doi.org/10.1590/S0102-88392001000400008>
- Codato, A., Costa, L. D., & Massimo, L. (2014). Classificando ocupações prévias à entrada na política: Uma discussão metodológica e um teste empírico. *Opinião Pública*, 20(3), 346–362. <https://doi.org/10.1590/1807-01912014203346>
- Codato, A., Massimo, L., & Costa, L. D. (2017). Social positions and political recruitment: A study of Brazilian senators. *Tempo Social*, 29(3), 111. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.125879>
- Costa, L. D., & Codato, L. D. (2013). Profissionalização ou popularização da classe política brasileira? Um perfil dos Senadores da República. Em *Os eleitos: Representação e carreiras políticas em democracias*. Editora da UFRGS. <https://doi.org/10.7476/9788538603849>
- Couto, C. G., & Arantes, R. B. (2006). Constituição, governo e democracia no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 21.

Deegan-Krause, K. (2013). Full and Partial Cleavages. In Berglund, S., Ekman, J., Deegan-Krause, K., & Knutsen, T. (Org.). *The Handbook of Political Change in Eastern Europe*, Third Edition (p. 35–50). Edward Elgar Publishing.
<https://doi.org/10.4337/9781782545880>

Figueiredo, A. C., & Limongi, F. de M. P. (1999). *Executivo e legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: FGV/FAPESP.

Fleischer, D. (1981). O pluripartidarismo no Brasil: dimensões sócio-econômicas e regionais do recrutamento legislativo, 1946-1967. *Revista de Ciência Política* 24 (1): 49-75.

Gaxie, D. (2012). As lógicas do recrutamento político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 8, 165-208. <https://doi.org/10.1590/S0103-33522012000200007>

Guedes, O. (2024, março 8). PT tenta aproximação, mas motoristas e entregadores de aplicativos se alinham à direita. G1. <https://g1.globo.com/politica/blog/octavio-guedes/post/2024/03/08/pt-tenta-aproximacao-mas-motoristas-e-entregadores-de-aplicativos-se-alinham-a-direita.ghtml>

Kinzo, M. D. (2005). Os partidos no eleitorado: Percepções públicas e laços partidários no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 20(57). <https://doi.org/10.1590/S0102-69092005000100005>

Kitschelt, H. (1992). The Formation of Party Systems in East Central Europe. *Politics & Society*, 20(1), 7–50. <https://doi.org/10.1177/0032329292020001003>

Kitschelt, H. (1997). European Party Systems: Continuity and Change. In M. Rhodes, P. Heywood, & V. Wright (Org.), *Developments in West European Politics*. Macmillan Education UK. <https://doi.org/10.1007/978-1-349-25341-8>

Lamounier, B. (1980). Partidos políticos e redemocratização: Notas para debate. *Revista de Administração de Empresas*, 20(2).

Laurison, D. (2016). Social class and political engagement in the United States. *Sociology Compass*, 10(8), 684-697.

Limongi, F., & Figueiredo, A. C. (1995). Partidos Políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994. *Dados*, 38(3).

Limongi, F., & Figueiredo, A. (1998). Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 44.

Linz, J. & Stepan, A. (1996) *Problems of Democratic Transition and Consolidation: Southern Europe, South America, and Post-Communist Europe*. Johns Hopkins University Press.

Lipset, S. M., & Rokkan, S. (1967). Cleavage Structures, Party Systems, and Voter Alignments: An Introduction. Em *Party Systems and Voter Alignments: Cross-national Perspectives* (p. 1–64). The Free Press.

Mancuso, W. P. (2004). O lobby da indústria no Congresso Nacional: empresariado e política no Brasil contemporâneo. *Dados*, 47, 505-547.

Marengo, A. (2000). Não se fazem mais oligarquias como antigamente: Recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros [1946-1998] [Doutorado em Ciência Política]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Mainwaring, S., & Scully, T. (1994). A Institucionalização dos Sistemas Partidários na América Latina. *Dados*, 37(1).

Mainwaring, S. P. (1999). *Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization: The Case of Brazil*. Stanford University Press.
<https://doi.org/10.1515/9781503616776>

Mainwaring, S., & Torcal, M. (2005). Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. *Opinião Pública*, 11(2), 249–286.
<https://doi.org/10.1590/S0104-62762005000200001>

Marengo, A. (2013). O que podemos explicar estudando carreiras políticas? Em *Os eleitos: Representação e carreiras políticas em democracias*. Editora da UFRGS.
<https://doi.org/10.7476/9788538603849>

Mellado, V. (2018). Las élites políticas en el espejo: perfiles socio-profesionales de los elencos dirigentes argentinos (1983-1999). *Revista de Sociología e Política*, 26(66), 79-100.

Meneguello, R., & Amaral, O. E. D. (2022). Para onde foram os partidos na opinião pública? As percepções sobre os partidos políticos na redemocratização no Brasil. *Estudos Avançados*, 36(106), 75–75. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2022.36106.005>

Perissnotto, R. M., & Miríade, A. (2009). Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006. *Dados*, 52(2), 301–333.
<https://doi.org/10.1590/S0011-52582009000200002>

Picussa, R. (2024). *Como identificar parlamentares outsiders? uma proposta de índice para Brasil, Chile e Argentina* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Paraná].
<https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/94018>

Pitkin, H. (1967) *The Concept of Representation*. London: University of California Press.

Rodrigues, L. M. (2002). Partidos, ideologia e composição social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17(48), 31-47.

Rodrigues, L. M. (2006). *Mudanças na classe política brasileira*. São Paulo: Publifolha.
<https://doi.org/10.7476/9788579820113>

Samuels, D. (2008). A evolução do petismo (2002-2008). *Opinião Pública*, 14(2), 302–318. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762008000200002>

Sartori, G. (1982) *Partidos e Sistemas Partidários*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília.

Simoni Junior, S., Moreira Dardaques, R., & Malta Mingardi, L. (2016). A elite parlamentar brasileira de 1995 a 2010: Até que ponto vai a popularização da classe

política? *Colombia Internacional*, 87, 109–143.
<https://doi.org/10.7440/colombiaint87.2016.05>

Professional Politicians or Class Representatives? A Longitudinal Analysis of Legislative Representation in Brazilian Democracy

Abstract: What is the social profile of Brazilian federal deputies, and how has it changed over nearly three decades of democracy? This study examines whether different occupational groups are concentrated in left-, center-, or right-wing parties, and how these patterns evolved between 1998 and 2022. We analyze the occupational backgrounds of 3,591 deputies elected in seven consecutive national elections using data from Brazil's Superior Electoral Court. To measure the association between profession and political ideology, deputies are classified by occupational background and by the ideological position of their parties. We adopt two analytical strategies: first, including all deputies to capture political professionalization and traditional social linkages; and second, excluding professional politicians to assess how social sectors maintain direct representation in Parliament. Associations are estimated separately for each election and trajectories are compared across ideological blocs. Brazilian politics displays persistent social divisions: businesspeople dominate the right, teachers and public servants concentrate on the left, and liberal professionals are distributed mainly across the center. Although the share of career politicians has increased across all blocs, these divisions remain. When professional politicians are excluded, the differences become even more pronounced. The associations are stable over time, though with variation: liberal professionals decline in all blocs, while businesspeople are the only group showing distinct temporal dynamics across the left, center, and right. The Chamber of Deputies thus operates as a hybrid system, combining professional politicians with direct representatives of different social sectors, helping to explain both party polarization and cross-ideological bargaining when specific economic interests are at stake.

Key-words: Federal Deputies; Political Representation; Social Classes; Political Parties; Brazilian Democracy.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:

O conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo ainda está disponível ao público através do link: <https://doi.org/10.7910/DVN/4HHVBV>.

FINANCIAMENTO:

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES). O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil (CNPq) por meio do Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação Representação e Legitimidade Democrática (INCT – ReDem – Número do Processo 406649/2022-7)

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS:

Nilton Sainz: Conceptualization, Methodology, Software, Data curation, Writing-Original draft preparation, Visualization, Investigation, Writing- Reviewing and Editing.

Mateus de Albuquerque: Conceptualization, Methodology, Writing-Original draft preparation, Investigation, Writing- Reviewing and Editing.

Adriano Codato: Conceptualization, Methodology, Data curation, Supervision, Resources, Funding Acquisition, Investigation, Writing- Reviewing and Editing.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE:

O autor declara não haver conflitos de interesse.

MINIBIOGRAFIAS DOS/DAS AUTORAS DO PAPER

Nilton Sainz é Doutor em Ciência Política pela UFPR, Professor colaborador e Pós-Doc do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (UFPR). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3957-2714>.

Mateus de Albuquerque é Doutor em Ciência Política pela UFPR e Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (UFPR). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3015-2227>.

Adriano Codato é Doutor em Ciência Política pela Unicamp e Professor do Departamento de Ciência Política e Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (UFPR). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5015-4273>.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.